



Que há um entendimento mútuo de que a cooperação técnica deve obedecer ao princípio da horizontalidade, proporcionando um processo complementar aos esforços nacionais de compartilhar experiências, conhecimentos, tecnologias e recursos em circunstâncias de igualdade, com uma transferência recíproca, não-vertical, com base em uma agenda acordada em comum que potencialize as experiências nacionais e os aportes bilaterais;

Que a cooperação técnica na área da saúde reveste-se de especial interesse para as Partes;

Acordam o seguinte:

Título I
Do Objeto
Artigo 1

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio ao Programa Nacional de Controle às DST/SIDA".

Artigo 2

O mencionado Projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade técnica e gerencial do Programa Nacional de Luta contra a SIDA de Moçambique de organizar a resposta nacional ao HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Título II
Das Instituições Participantes
Artigo 3

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

I) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

II) o Ministério da Saúde do Brasil, por intermédio do Programa Nacional de DST/SIDA, como entidade executora das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo 4

O Governo da República de Moçambique designa:

I) o Ministério da Saúde de Moçambique como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

II) o Programa Nacional de Controle DST/SIDA de Moçambique como entidade executora das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Título III
Das Obrigações das Partes
Artigo 5

Cabe ao Governo brasileiro:

I) Designar e enviar especialistas para prestar consultoria em Moçambique;

II) Apoiar o treinamento de técnicos moçambicanos no Brasil e em Moçambique;

III) Enviar publicações e material de apoio direcionados à formação de técnicos moçambicanos;

IV) Transferência de Tecnologias.

Artigo 6

Cabe ao Governo moçambicano:

I. Isentar os equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil de licenças, direitos de importação e reexportação e demais encargos fiscais;

II Custear as despesas de taxas portuárias, aeroportuárias e de armazenagem, em território moçambicano, dos equipamentos técnicos fornecidos pelo Governo brasileiro;

III. Providenciar o desembaraço alfandegário dos equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil ao projeto;

IV. Arcar com as despesas de transporte dos equipamentos e materiais em solo moçambicano;

V. Conceder aos técnicos brasileiros que se deslocarem a Moçambique no âmbito do presente Ajuste Complementar, e aos seus familiares diretos, quando for o caso:

a) visto oficial, solicitado por via diplomática;

b) facilidades de repatriação em situação de crise.

Título IV
Dos Relatórios Semestrais
Artigo 7

As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos no projeto decorrente do presente Ajuste Complementar os quais serão examinados nas reuniões bilaterais de cooperação técnica e/ou em encontros anuais a serem previamente acordados.

Título V
Do Crédito à Participação das Partes
Artigo 8

Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente identificadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

Título VI
Do Procedimento Legal
Artigo 9

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às Leis e Regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Moçambique.

Título VII
Da Vigência
Artigo 10

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, a menos que uma das Partes comunique à outra, por Nota Diplomática, sua decisão de prorrogá-lo.

Título VIII
Da Modificação
Artigo 11

As Partes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor na data de sua formalização.

Título IX
Da Denúncia
Artigo 12

A denúncia do presente Ajuste Complementar não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

Título X
Da Solução de Controvérsias
Artigo 13

As controvérsias surgidas na execução do presente Ajuste Complementar serão dirimidas pela via diplomática.

Título XI
Das Disposições Finais
Artigo 14

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Geral de Cooperação, de 15 de Setembro de 1981, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique.

Feito em Brasília, em 19 de junho de 2001, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
CELSO LAFER
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República de Moçambique
LEONARDO SIMÃO
Ministro dos Negócios Estrangeiros

(Of. El. nº 2/2001)

BRASIL/MOÇAMBIQUE

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Moçambique na Área de Educação para a Implementação

do Programa "Alfabetização Solidária em Moçambique" O Governo da República Federativa do Brasil

e O Governo da República de Moçambique (doravante denominados "Partes Contratantes").

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981;

Considerando o apoio que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento vem prestando à implementação dos projetos de cooperação técnica horizontal;

Considerando que a Cooperação Técnica na área de educação reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Considerando a alta prioridade conferida para o setor de alfabetização de jovens e adultos pelos dois governos;

Considerando os excelentes resultados do Programa Alfabetização Solidária no ensino do alfabeto da língua portuguesa para jovens e adultos;

Acordam o seguinte:

Título I
Do Objeto
Artigo 1

1. O presente Ajuste Complementar, feito sob a égide do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, mormente seus Artigos I e II, tem como objeto a implementação do projeto "Alfabetização Solidária em Moçambique", que tem por finalidade apoiar a estruturação da política nacional de educação de jovens e adultos de Moçambique e a implantação do Projeto Piloto Nacional de Alfabetização que estará sendo executado no âmbito do Plano Estratégico de Educação de Moçambique.

2. O projeto visa a contribuir para o esforço empreendido pelo Governo de Moçambique para consolidar política educacional que pretende alfabetizar cerca de um milhão de jovens e adultos até 2003.

Título II
Da Execução
Artigo 2

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) o Programa Alfabetização Solidária, como responsável pela execução das ações decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo 3

O Governo da República de Moçambique designa:

a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação como responsável pela coordenação das ações decorrentes deste Ajuste Complementar;

b) o Ministério da Educação como responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Título III
Dos Relatórios
Artigo 4

As Partes Contratantes, por intermédio de seus executores, elaborarão relatórios informativos semestrais sobre o avanço e os resultados obtidos com base no presente Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores de ambos os países.

Título IV
Das Obrigações
Artigo 5

1. Ao Governo brasileiro cabe:

a) enviar professores e técnicos para desenvolver o projeto em Moçambique;

b) capacitar o quadro da Direção de Alfabetização do Ministério da Educação em gestão, acompanhamento e avaliação do processo;

c) apoiar a realização de treinamentos no Brasil e em Moçambique;

d) apoiar a implantação de até 240 salas de aula de alfabetização;

e) enviar material didático para até 1050 alunos e alfabetizadores;

f) capacitar 250 alfabetizadores;

g) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto.

2. Ao Governo moçambicano cabe:

a) designar um técnico para constituir a equipe de gestão do projeto;

b) por à disposição do projeto instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades;

c) prestar aos técnicos enviados pelo Governo da República Federativa do Brasil o apoio durante a execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando a disposição todas as informações necessárias à execução do projeto;

d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos moçambicanos que estiverem envolvidos no projeto;

e) garantir que os 1000 alunos alfabetizados na primeira etapa sejam incorporados na rede regular de ensino, de modo a consolidar o processo de alfabetização;

f) garantir os custos de transporte interno, hospedagem e alimentação dos professores-alfabetizadores moçambicanos durante a capacitação;

g) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade, o mais rápido possível, por técnicos da instituição executora moçambicana;

h) providenciar o imediato desembaraço alfandegário dos materiais pedagógicos fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil ao projeto;

i) garantir as despesas de transporte dos materiais em solo moçambicano;

j) custear as despesas de taxas portuárias, aeroportuárias e de armazenagem, em território moçambicano dos materiais fornecidos pelo Governo brasileiro;

k) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto.